

PAINEL: Bilingüismo e Surdez

Lucinda Ferreira-Brito
(UFRJ)

O trabalho com os surdos não é propriedade da Lingüística Aplicada. Entretanto, nosso trabalho com a Língua dos Sinais dos surdos brasileiros, encarando-a como língua natural ou sistema lingüístico legítimo, demonstra por si só que não encaramos o problema do surdo como patologia da linguagem, mas sim como desenvolvimento do potencial lingüístico através de uma outra modalidade de língua, ou seja, a gestual-visual. Nesse sentido, não há porque falar em patologia. Além disso trabalhamos com surdos apenas e não com pessoas surdas portadoras de problemas neurológicos. A surdez é caracterizada por danos que prejudicam a recepção sonora, mas que não têm nada a ver com problemas neurológicos e nem com a linguagem enquanto processo interno.

Nossa pesquisa só pode ser caracterizada como pesquisa lingüística e pelo fato de que nosso projeto "Levantamento Lingüístico da Língua dos Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros" esteja voltado para o problema educacional do surdo, coloca-se dentro da Lingüística Aplicada. Pretendemos começar a elaboração de material didático para o ensino da língua dos sinais (em alguns casos como segunda língua e portanto num contexto lingüístico) assim como acelerar as pesquisas sobre leitura e escrita do Português (2 língua para os surdos) que já estão em andamento.

Nossa pesquisa sobre leitura silenciosa por surdos adultos, iniciada em 1979, está sendo reativada. Acharmos por bem suspendê-la temporariamente por consideramos importante conhecer melhor a língua dos sinais, o que nos permitiria comparar dois tipos de procedimentos: um restrito à língua portuguesa; o outro apoiado no conhecimento da língua dos sinais, fundamentado nos princípios de ensino de segunda língua em contextos bilingües.

NECESSIDADE PSICO-SOCIAL E COGNITIVA DE UM BILINGÜISMO PARA O SURDO

Lucinda Ferreira-Brito
(UFRJ)

INTRODUÇÃO

Visto na sua globalidade, o surdo sem linguagem apresenta, em geral, distúrbios específicos de ordem cognitiva, social e emocional. Entretanto, o cerne desses problemas são os bloqueios no seu desenvolvimento lingüístico causados pela falta de "input" necessário. Este, por sua vez, tem como causa a falta de audição que pode variar quanto ao grau e ao tipo e que, por isso mesmo, vai propiciar um aproveitamento relativo dos restos auditivos.

Alguns surdos chegam a um bom domínio da língua oral da comunidade ouvinte que os cerca (no caso do Brasil, trata-se da língua portuguesa): outros não. Porém, um domínio pleno da língua oral é praticamente impossível para o surdo. Por isso, não se tem notícia de um bilingüismo pleno, no que concerne aos surdos, mas este é encontrado junto a ouvintes filhos de surdos cuja língua materna é a língua dos sinais (trata-se, no Brasil, da Língua dos Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros - LSCB).

O bilingüismo, mesmo que atingido parcialmente, seria o mais apropriado às necessidades da pessoa surda, cuja potencialidade habilita-se a um desenvolvimento pleno da linguagem, contanto que, para isso, haja "input" necessário. E os dados lingüísticos que lhe servirão de "input" serão transmitidos principalmente através de um canal gestual-visual, a língua dos sinais, já que sua audição está danificada.

A filosofia oralista, filosofia educacional que considera que o surdo deve investir todos os seus esforços para atingir o modelo ouvinte, rejeitando dessa forma a língua dos sinais, símbolo de sua identidade individual enquanto surdo e de sua identidade cultural, tem se deparado com inúmeros fracassos educacionais. São raros os casos em que o surdo realmente adquire condições de realização pessoal e de integração, de fato, na sociedade, quando apenas oralizado.

Em contrapartida, surgiu há algumas décadas a filosofia da Comunicação Total que ao invés de pretender que a dedicação e o amor oralistas fossem desfazer a diferença que caracteriza o surdo em relação ao ouvinte, pretendia a busca da integração social do surdo através da aceitação de sua diferença. Assim sendo, era de se supor que a língua dos sinais fosse aceita e usada pelo surdo e pelos ouvintes envolvidos em sua educação, juntamente com a língua oral que seria transmitida ao surdo através de qualquer método. Considerava que o importante era que a mensagem passasse para o surdo, independentemente do meio através do qual esta era comunicada. Colocava

em primeiro lugar a função comunicativa da linguagem.

Atualmente, entretanto, várias são as concepções de Comunicação Total. O termo está desgastado e já parece ter perdido seus pressupostos iniciais que o caracterizavam enquanto filosofia diferente da oralista. Isto se deve também e principalmente ao fato de que, na realidade, não se aceita a diferença em sua plenitude. Ou seja, a Comunicação Total prega e pratica o bimodalismo (uso concomitante de uma língua oral e de uma língua dos sinais), e isso conduz a alterações estruturais nas duas línguas, sobretudo na língua dos sinais, que é desconhecida e desprestigiada pelos educadores. É freqüente entre eles a manifestação de esperança de que, com o tempo, a língua dos sinais acabe ficando tão elaborada quanto a língua oral e que a estrutura da primeira se aproxime daquela da segunda.

Além do desrespeito à língua dos sinais que por si já é elaborada através de estrutura própria, defrontamo-nos aqui com uma volta ao oralismo que não aceitava a língua dos sinais e que, portanto, não aceitava a diferença peculiar ao surdo se comparado ao ouvinte. Entretanto, esta é uma nova forma de oralismo, pois, os sinais são também utilizados. Porém, são usados apenas em forma de apoio à língua oral, ignorando-se, às vezes, toda a complexidade estrutural específica da língua a que pertencem. Usam-se apenas os itens lexicais, substituindo-se suas relações gramaticais por aquelas das palavras da língua oral.

Pode-se perceber, assim, que a Comunicação Total não objetiva que o surdo chegue ao domínio de duas línguas. Ao contrário, o objetivo lingüístico é o aprendizado da língua oral, sendo os sinais apenas meio para isso. É um oralismo disfarçado com roupas de bilingüismo. Mesmo que aparentemente se proponha ao uso das duas línguas, a Comunicação Total, tal como é praticada atualmente, está impondo ao surdo a estrutura lingüística da língua oral já que a transpõe para os sinais, os quais já fazem parte, naturalmente, de uma estrutura gramatical característica da língua dos sinais, língua primeira e natural dos surdos.

Devido a essas implicações de ordem lingüística, uma tendência mais atual tem considerado que o bilingüismo, uso da língua dos sinais e oral em suas especificidades, em situações diferentes, é condição sine qua non para a integração psico-social e para o sucesso educacional do surdo. A aceitação da diferença constitui-se num fator imprescindível para a integração do surdo à comunidade ouvinte. Além do mais, não se pode fabricar línguas naturais como se fabricam computadores e, muito menos, transferir a estrutura de uma língua para outra, o que resultaria em um "pidgin". A pidginização de uma língua é muito frequente, principalmente quando se aprende uma nova língua. Entretanto, isso não justifica colocar um "pidgin" enquanto modelo lingüístico a ser atingido nas escolas.

1. NECESSIDADE DE ORDEM PSICO-COGNITIVA E NEUROLÓGICA DE UM BILINGÜISMO PARA O SURDO

O bloqueio de comunicação ou a comunicação truncada do surdo com os

outros surdos ou com os ouvintes gera inúmeros problemas de ordem emocional. Nervosismo, insegurança e auto-rejeição são alguns deles. Muitas vezes, crianças surdas receberam tratamento psiquiátrico pensando-se que apresentavam distúrbios neurológicos ou mentais até que se descobriu que eram portadoras apenas de surdez.

Os fracassos na comunicação do dia a dia da criança surda foram, inúmeras vezes, causa de inseguranças que perduraram por toda sua vida, levando-a a rejeitar sua condição de surda, na busca constante de um modelo ouvinte, que meio provavelmente não atingiria. Essa rejeição é evidente nas atitudes de pessoas surdas que querem se fazer passar por ouvintes e, cuja manifestação mais saliente encontra-se na rejeição da língua dos sinais, identidade surda por excelência. O desencontro com sua identidade, ou seja, a não integração psicológica do surdo a si mesmo, acreditamos ser um dos maiores obstáculos a sua integração no mundo ouvinte. O fator diferença fica sendo obstáculo insignificante diante da falta de identidade psicológica e da falta de desenvolvimento do pensamento objetivo da pessoa surda.

Segundo Schlesinger e Meadow (1972), "a patologia bilingüe genuína ocorre somente quando o bilingüismo é acompanhado por uma crise emocional de identidade (in R. Conrad, 1979, p. 318). Para R. Conrad (1979), "a limitação da qualidade da fala vocal causada pela perda auditiva limita o grau no qual a fala interna se torna disponível enquanto veículo do pensamento" (p. 317). Assim sendo, uma modalidade não oral-auditiva de língua é a única forma de contornar esse problema. Entretanto, devido à não existência de escrita equivalente à língua dos sinais e à falta de infra-estrutura social para que os surdos participem de todas as atividades da sociedade em que vivem, o aprendizado também da língua oral, sobretudo no seu registro escrito, se faz necessário.

Segundo Conrad (1979), essa forma de bilingüismo (língua dos sinais e língua oral) não vai aperfeiçoar a inteligibilidade da fala, mas vai dar ao surdo mais conteúdo a dizer. Dessa forma, não vai aumentar o uso do pensamento oral apesar de colocar à disposição do surdo maior número de conceitos e palavras e ampliação dos domínios semânticos. O bilingüismo vai fornecer ao surdo alternativas opcionais válidas para a representação lingüística interna. Para esse autor, o "input" manual é necessário para a criança surda e, sem exceção, todas as que possuem perda auditiva superior a 85 decibéis terão inevitável necessidade de desenvolvimento da língua dos sinais como primeira língua. Aprender uma língua dos sinais é mais rápido para o surdo do que aprender uma língua oral. Conrad (1979, p. 317) diz: "há grande probabilidade de que a insistência sobre exclusivamente a língua oral na fase inicial da infância, de fato, resulte na privação do desenvolvimento de "input" lingüístico que pode muito bem colocar a criança em risco neurológico inaceitável. Veros justificativa para persistir com o objetivo de um alto padrão de habilidade na língua oral, no fim da vida escolar". Para ele, o retardamento de crianças com surdez leve pode ter como causa o "input" inadequado recebido. "Seria difícil determinar se isto é simplesmente devido a problemas práticos de apenas ambiente acústico imediato ou se o retardamento é constituído de contínuos distúrbios menores da função neurológica des-

de os primeiros anos de vida" (p. 320).

Todos esses problemas de ordem psicológica, neurológica e cognitiva colocam o surdo em condição de desvantagem com relação ao ouvinte, exacerbando as conseqüências do problema de falta de audição, prejudicando-o no seu desenvolvimento global e dificultando a sua socialização com os outros surdos e com os ouvintes. Segundo Vygotsky (1984), a linguagem "tem um papel essencial na organização das funções psicológicas superiores" importantes na história do desenvolvimento da criança (p. 24).

2. NECESSIDADE SOCIAL DE UM BILÍNGÜISMO PARA O SURDO

Em nosso artigo sobre os direitos lingüísticos do surdo (Ferreira Brito, 1985) citamos as palavras do psiquiatra surdo norueguês, Terje Basilier, segundo as quais aceitar uma pessoa é aceitar sua língua ou, dito de outra forma, rejeitar a língua de uma pessoa significa rejeitar a própria pessoa (Lieth, L. von der, 1978). Com os surdos, em geral, a rejeição da surdez e de suas conseqüências tem sido implacável. Por mais de um século, a língua dos sinais, língua natural dos surdos, tem sido renegada e mesmo proibida de ser praticada em família ou nas escolas de surdos. E isso devido a preconceitos injustificáveis com relação à modalidade gestual-visual de língua e em nome da integração do surdo na comunidade ouvinte. O argumento é que, sendo a língua oral a língua da maioria, o surdo deve se amoldar a ela, argumento este que desconsidera totalmente o impedimento biológico das pessoas surdas.

Porém, nenhum preconceito e nenhuma preocupação com a integração social do surdo justificam a privação de desenvolvimento de um indivíduo na sua globalidade. Pensa-se sempre no problema comunicativo dos familiares e ouvintes, esquecendo-se a pessoa surda, a mais envolvida e prejudicada nessa problemática. O surdo tem, de fato, impedimento biológico para ouvir os sons de uma língua oral. O ouvinte não apresenta nenhum impedimento de ordem visual e/ou motora que o coloque em dificuldade para aprender a língua dos sinais.

Assim sendo, ao invés de colocarmos a comunicação surdo-ouvinte na dependência de um aprendizado parcial da língua oral pelo surdo, por que não colocá-la também na dependência do aprendizado da língua dos sinais pelos ouvintes envolvidos na educação do surdo e pertencentes ao círculo de amizade e familiar do mesmo? Essa foi a solução encontrada pelos índios Urubus-Kaapor (Ferreira Brito, 1984), saída fácil e não-dispendiosa na comunicação com os surdos de sua comunidade, os quais aprendem a língua dos sinais tão logo passam a conviver com um surdo Urubu-Kaapor. Este, por sua vez, é monolíngüe, em geral. Obviamente, esta não seria a solução mais apropriada para os surdos de uma sociedade em que a escrita e a Escola são os principais veículos de informação e de participação em grande parte das atividades, o que será tratado em maiores detalhes no item 3.

Quanto ao tão proclamado problema da integração social do surdo, meta primordial do oralismo e justificativa para a proibição do uso da língua dos sinais nas escolas e entre os familiares, consideramos o seguinte: a) até mesmo os ouvintes transitam em ambientes restritos e, às vezes, até fechados; por que teria o surdo que estar apto a se comunicar com todos os ouvintes e surdos que o cercam?; b) não conhecemos nenhum argumento válido que justifique a colocação da comunicação surdo-ouvinte em primeiro plano, relegando assim a comunicação surdo-surdo para segundo plano: os surdos apenas oralizados têm enorme dificuldade de comunicação mútua, por razões óbvias; c) não é verdade que o aprendizado de uma língua dos sinais como primeira língua pelos surdos vá acomodá-los, dificultando assim o aprendizado de uma língua oral. Ao contrário, a presença de um suporte lingüístico na criança surda, adquirido em tempo hábil, e a comunicação gratificante dessa criança com um círculo de pessoas, ainda que restrito, só pode favorecer a aprendizagem de uma língua oral, tarefa árdua que requer predisposição psico-cognitivo-social para isso; d) a função comunicativa da linguagem, vista de forma profunda, não se reduz a trocas de palavras ou de frases truncadas. Ela pressupõe a troca de mensagens que podem ser superficiais, às vezes, pressupõe organização e elaboração sofisticadas do pensamento. Para Gurperz (1982: p.204) "os processos lingüísticos são basicamente cognitivos em natureza; e) para atingir um nível profundo de comunicação com os interlocutores, os surdos, assim como os ouvintes, terão primeiro que chegar a um domínio pleno de uma língua em todos os seus níveis lingüísticos, incluindo-se o pragmático com as estratégias interacionais, que vão além do significado literal, e mesmo conotativo, das palavras ou frases: f) para se chegar às complexidades e sutilezas de uma interação lingüística, uma língua dos sinais seria o meio mais indicado por não apresentar bloqueio de ordem alguma no canal transmissor das estratégias. De posse de tais estratégias peculiares à língua dos sinais, os surdos mais facilmente perceberão aquelas de uma outra língua, mesmo que esta seja de modalidade oral-auditiva; g) o aprendizado de uma língua dos sinais servirá de suporte lingüístico para a percepção da estrutura lingüística de uma língua oral. Portanto, uma língua dos sinais, ao invés de se constituir em um empecilho para a integração social do surdo, é um impulso para isso.

A hipótese Whorfiana do determinismo lingüístico defende que cada língua ou sistema lingüístico veicula uma visão de mundo própria à comunidade que a fala. Apesar de não sermos adeptos de tal hipótese na sua versão forte acreditamos que a língua dos sinais estrutura um sistema conceitual próprio à comunidade surda que a usa e que, por isso mesmo, não pode ser usada concomitantemente com outra língua, como já o dissermos acima. A título de ilustração, é interessante citar aqui a situação lingüística dos índios Vaupés, habitantes de uma região da floresta Amazônica, situada parte no território colombiano, parte no território brasileiro. Esta comunidade, constituída sob a forma de agregações lingüísticas, fala mais de vinte línguas. Cada pessoa fala, pelo menos, três línguas, isto é, é multilingüe. A língua é um dos mais importantes símbolos de identidade dos membros da comunidade, servindo, entre outras, para distinguir as agregações lingüísticas de seus participantes. Segundo J. Jackson

(1974: p. 58), "no Vaupés, as regras que determinam a escolha de língua levam em consideração restrições situacionais tais como as localizações, etc., mas estas regras sempre operam em conjunção com a identidade de língua paterna particular dos participantes...".

Os índios do Vaupés não consideram uma língua superior a outra embora exista uma língua geral, o Tukano, falada pela comunidade toda. O autor acima relata que, segundo pesquisas lingüísticas, as diferentes línguas dessa comunidade são mutualmente ininteligíveis e que, mesmo tendo o Tukano como língua geral, os índios fazem questão de manter as diferenças específicas a cada língua que se apresentam tanto nos níveis gramatical e fonológico como também no nível do léxico (Sorensen, 1967: p. 675).

Entretanto, um fenômeno bastante curioso, que contradiz até certo ponto a hipótese whorfiana, é a falta de correlação entre a diversidade lingüística e a diversidade cultural não-lingüística. Ou seja, a diversidade lingüística, que na concepção whorfiana deveria corresponder a uma diversidade cultural, corresponde, no entanto, uma homogeneidade cultural. De acordo com estudiosos que se ocuparam desse fenômeno lingüístico, "todos os índios Vaupés independentemente de sua participação num agregado lingüístico, compartilham uma cultura estritamente homogênea" (J. Jackson, 1974: p. 53).

As diferentes línguas são utilizadas em diferentes situações, funcionando enquanto emblemas de identidade, regras de polidez e, até mesmo, enquanto controle de casamento para que não haja mistura de sangue. E a comunidade Vaupés faz questão de preservar tais diferenças, o que se manifesta em várias de suas atitudes como, por exemplo, a de crítica às interferências de uma língua sobre a outra. "Parecia claro que quando uma palavra de uma outra língua entrava na fala de uma pessoa e era vista pelos presentes como erro, isto é, era definida pelos índios como interferência, esta fala não era aprovada" (idem, p. 63). Raras vezes, entre os índios do Vaupés, palavra de uma língua determinada é aceita no interior de outra língua e, quando isto acontece, a palavra deve ser reconhecida enquanto palavra estrangeira e deve haver justificativa para o seu uso. "Isso sugere que os índios são preocupados com palavras intrusas no léxico de suas línguas, mas que isto é aceito na medida em que a co-ocorrência de regras que separam uma língua da outra não seja vista como que se quebrando" (idem, p. 65). Esse é um excelente exemplo de situação onde as diferenças lingüísticas não se constituem em barreira para a comunicação e, muito menos, para a participação dos indivíduos nas atividades da comunidade como um todo. E nem por isso as pessoas dessa comunidade são obrigadas a conhecer todas as línguas que ali se usam. Foram desenvolvidos mecanismos que colocam sempre em intersecção os membros da comunidade culturalmente homogênea, apesar das especificidades preservadas de cada agregação lingüística.

Caso similar acontece com os surdos brasileiros, com sua língua dos Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB), espalhados pelas grandes cidades brasileiras e inseridos em uma comunidade ouvinte maior que fala o português. A LSCB tem

resistido heroicamente, no território brasileiro, a despeito do preconceito e da proibição de que tem sido alvo e da distância geográfica que separa os membros da comunidade surda. Essa distância não foi barreira para que a LSCB se mantivesse homogênea em sua estrutura lingüística apesar das variações regionais que apresenta no nível lexical. Observa-se que os surdos que possuem domínio sobre a LSCB são melhor adaptados e, provavelmente, se houvesse infra-estrutura social levando em consideração a língua dos sinais, seriam melhor integrados.

A manutenção de suas especificidades enquanto surdos não é necessariamente obstáculo a sua integração na comunidade ouvinte. A aceitação da diferença favorece a integração à medida que reconhece pontos em comum entre surdos e ouvintes muito mais importantes à integração do que o simples fato de falarem a mesma língua: mesma capacidade comunicativa, mesma capacidade lingüística, mesma potencialidade para realização e participação em tarefas sociais, intelectuais e outras da sociedade.

Além do mais, é importante notar que o saber lingüístico, ou seja, o domínio pleno de uma língua constitui-se em uma forma determinada de poder. O indivíduo que sabe controlar as estratégias lingüísticas de uma língua tem maiores chances de convencer e, portanto, de obter maior sucesso social. E. Goodoy (1978) relata que para Keenan, Schieffelin e Platt "fundamental à comunicação é a capacidade de articular intenções de tal maneira que elas sejam entendidas pelo ouvinte e de interpretar as intenções destes dirigidas a nós" (p. 10-11). Para isso, necessitamos de um domínio pleno das sutilezas de uma língua. A autora continua: "falando sobre poder, Brown e Levinson enfatizam a habilidade para impor o desejo de alguém sobre outros (baseado principalmente no diferenciado controle sobre os recursos)" (p. 11).

J. Gumperz (1982: p. 22) diz que "para conseguirmos que coisas sejam feitas, nós temos que nos comunicar intensamente com indivíduos, cujos conhecimentos antecedentes não conhecemos". Para Gumperz, o conhecimento de como as convenções de uma interação lingüística "funcionam sempre se torna requisito para participação efetiva em encontros verbais mais longos e para obtenção da cooperação dos outros em atividades da casa, do trabalho e dos negócios públicos. Esse conhecimento é tal que não pode ser adquirido através de leitura ou escolarização formal. O contacto face a face em situações que permitam 'maximum feedback' é necessário" (idem, p. 209). Somente uma língua dos sinais permite aos surdos esse tipo de interação efetiva fora da escola.

Percebe-se, por exemplo, que pais de surdos que não ensinaram a língua dos sinais a seus filhos ouvintes perdem freqüentemente terreno com relação a estes na interação cotidiana, perdendo assim a autoridade paterna e materna, ou seja, o poder de obter dos filhos aquilo que a condição de pais exige deles. A partir de certa idade, o filho ouvinte percebe a "inferioridade" lingüística de seus pais com relação a ele, e isso gera conflitos familiares insuperáveis. Por outro lado, esses conflitos deixam de existir quando, no seio de uma mesma família, um dos pais surdos usa a língua dos sinais na comunicação com os filhos ouvintes. Dentro dessa língua, a "superioridade" é dos pais e isso é percebido pela criança. Os pais se sentem confor-

táveis e senhores de si. Uma língua gestual-visual é, pois, a única possibilidade de controle pleno sobre recursos interacionais para os surdos, em geral, e, conseqüentemente, para sucesso nas interações lingüísticas e sociais.

3. NECESSIDADE EDUCACIONAL DE UM BILINGÜISMO PARA O SURDO

Como já foi mencionado acima, a falta de escrita correspondente à língua dos sinais é o fator primordial da necessidade de aprendizagem de uma língua oral pelo nosso surdo, necessidade esta que não se apresenta para os surdos Urubus-Kaapor, no presente, já que a comunidade não se serve da escrita como meio de comunicação e já que não há escolas destinadas a esta comunidade indígena.

Apesar das inúmeras tentativas, não se conseguiu inventar, até agora, um sistema de escrita que pudesse levar em consideração a estrutura tridimensional das línguas gestuais-visuais. Esse fator, aliado à falta de pessoal com manejo da língua dos sinais, nos diferentes compartimentos da sociedade brasileira, obrigam nossos surdos a aprenderem a língua portuguesa. Essa é uma condição necessária porém não é suficiente, pois, como já foi argumentado acima, a língua dos sinais é imprescindível ao desenvolvimento global do surdo.

Conclui-se, pois, que só mesmo um bilingüismo poderia conduzir o surdo ao sucesso escolar. Resta saber que forma de bilingüismo seria este, isto é, como e onde usar a língua dos sinais; quais os tipos de surdez que exigiriam uma educação bilingüe; e se ficariam os surdos com pouca perda auditiva restritos apenas à língua oral.

As pesquisas têm revelado que as pessoas portadoras de surdez leve manifestam maiores problemas de insegurança quando expostas apenas à língua oral. Como não conseguem competir com seus colegas ouvintes em condições de igualdade, acabam chegando a fracassos que as tornam inseguras. Além do mais, não se indentificam nem com os surdos, nem com os ouvintes e acabam ficando divididos entre dois mundos. Apesar da necessidade de que se façam ainda muitas pesquisas nesta área, partiremos do pressuposto de que toda a criança surda requer educação bilingüe, portanto, educação especial.

Segundo R. Conrad (1979), não há nenhuma possibilidade válida de que a educação bilingüe possa retardar o desenvolvimento lingüístico da criança surda e, mais ainda, "todas as crianças surdas devem requerer educação especial porque, devido à surdez, elas têm o direito de escolher pensar, aprender e serem ensinadas em uma modalidade de língua biologicamente preferida" (p. 326). Os educadores, segundo ele, têm uma dívida com relação aos surdos: apresentar opções. Como se pode observar, a língua dos sinais, para o autor, é a principal língua na educação do surdo. Isso significa considerá-la como língua materna enquanto que a língua oral fica no plano de segunda língua. Segundo Cicourel e Boese (1972), "o professor de língua oral do surdo pode assumir que está ensinando à criança sua língua nativa porque ela está apren-

endo a usar suas cordas vocais... Entretanto, o que (ele) está realmente fazendo é ensinando à criança surda sua segunda língua" (in R. Conrad, 1979: p. 318).

Quanto antes aprenderem a língua dos sinais, melhor desempenho escolar terão os surdos. Testes de leitura aplicados a crianças surdas por Charrow e Fletcher (1974) revelaram a importância do aprendizado da língua dos sinais por crianças surdas na mais tenra idade. Segundo Conrad (1979: p. 318-319), os autores acima mostraram que "não somente eram os estudantes surdos com pais surdos melhores leitores que os surdos filhos de pais ouvintes, como também, em um teste formal de inglês enquanto língua estrangeira, estava claro que, como os estudantes ouvintes estrangeiros, eles tinham aprendido o inglês como segunda língua...". Além do mais, segundo Bonvillian et alli (1976), Brown (1977), Klima e Bellugi (1972) e Shlesinger e Meadow (1972), "as criancinhas surdas, num lar em que usam sinais, aprendem língua dos sinais como primeira língua e também esta é aprendida da mesma maneira cognitiva ou ao menos tão rápido quanto as crianças ouvintes ao aprenderem sua primeira língua (in R. Conrad, 1979: p. 318-319).

Assim sendo, os surdos, devido à falta de audição, requerem educação especial bilingüe. O tipo de bilingüismo é o diglósico, isto é, o uso em separado de duas línguas, mesmo que de modalidade diferente, cada uma em situações distintas. A língua dos sinais será usada em todas as situações em que uma língua materna é usada nas escolas, exceto no que se refere à escrita e à leitura, onde ela pode ser o meio, mas não o objetivo. A língua oral será ensinada enquanto segunda língua e será o veículo de informação da tradição escrita.

SUMÁRIO

O bilingüismo diglósico pode ser considerado a forma mais eficiente de abordagem educacional do surdo, seja este portador de surdez leve ou profunda. Além do mais, constitui-se na única possibilidade de desenvolvimento psico-social e cognitivo do surdo, na sua plenitude.

O bimodalismo, uso concomitante das línguas oral e dos sinais, não parece ser apropriado por acarretar alterações na estrutura de ambas as línguas, o que exporia a criança surda a duas línguas usadas de forma imperfeita, como se estivessem sendo ensinadas por professores estrangeiros a ambas as línguas. Além do mais, pode dificultar o livre trânsito do pensamento, já que não se pode pensar em duas línguas ao mesmo tempo.

A filosofia da Comunicação Total, que antes era tida como defensora do bilingüismo, passou a defender uma forma de educação para o surdo que atualmente se aproxima muito mais do oralismo do que do bilingüismo. O bilingüismo, além de favorecer o aprendizado escolar do surdo, estimula a sua socialização que conduz, por sua vez, a uma maior integração do surdo na sociedade como um todo.

Se se buscam pontos em comum para que haja integração dos surdos na comunidade ouvinte, não há necessidade de se ir muito longe tentando desfazer todas as diferenças que caracterizam estas duas comunidades. Basta reconhecer o que os surdos construíram dentro de sua especificidade. Isso significa encará-los semelhantemente aos ouvintes, com capacidade de criar regras de interação socio-linguísticas, mesmo que estas sejam próprias de uma modalidade de língua diferente daquela que estamos habituados a considerar a modalidade natural de comunicação linguística humana. Esse reconhecimento é o primeiro passo para a tão aspirada integração social do surdo.

BIBLIOGRAFIA

BAKER, CH. e R. BATTISON. Sign Language and the Deaf Community. USA: National Association of the Deaf, 1980.

CONRAD, R. The Deaf School Child, London: Harper and Row, 1979.

FERREIRA BRITO, L. "Similarities and Differences in Two Brazilian Sign Languages". Sign Language Studies: 42:45-56, Silver Spring; Linstok Press, Inc., 1984.

_____. "Os direitos linguísticos dos surdos". Revista de Cultura Vozes. 5:388-391, Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, E. Strategic Interaction, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1969.

GOODOY, E. Questions and Politeness Strategies in Social Interaction. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, pp. 1-16.

GROSJEAN, J. e H. LANE. La Langue des Signes. Paris: Larousse, 1979.

GUMPERZ, L. Discourse Strategies. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

JACKSON, J. "Language Identity of the Colombian Vaupés Indians" in R. Baumann, and J. Sherzer, Explorations in the Ethnography of Speaking. Cambridge: Cambridge University Press, 1974, pp. 50-64.

LIETH, Lars von der "Social - Psychological Aspects of the Use of Sign Language" in I.M. Schlesinger e L. Namir, (org.) Sign Language of The Deaf: Psychological, Linguistic and Sociological Perspectives. New York: Academic Press, 1978.

SCHLESINGER, H.S. "The Acquisition of Bimodal Language". J.M. Schlesinger e L. Namir, (eds.) Sign Language of The Deaf: Psychological, Linguistic and Sociological Perspectives. New York: Academic Press, 1978.

SORENSEN, A.JR. "Multilingualism in the Northwest Amazon". American Anthropologist, 69:670-684, 1967.

TERVOORT, B. "Bilingual Interference". in I.M. Schlesinger e L. Namir, (eds.) Sign Language of the Deaf: Psychological, Linguistic and Sociological Perspectives. New York: Academic Press, 1978.

WHORF, B.L. "The Relation of Habitual Thought and Behavior to Language". Language, Thought and Reality. in A. Carrol J.B., (org.) Cambridge; MIT, 1956.

VIGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1984.